



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **0001292-15.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Contravenções Penais**
 Documento de Origem: **TC - 011/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Publica**
 Autor do Fato: **JOSÉ MARCELO ANASTACIO**
 Vítima: **Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI - 2ª Região**

Aos 16 de março de 2016, às 13:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autor do fato JOSÉ MARCELO ANASTACIO. Presente a Dr^a **Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira – Promotora de Justiça**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento do autor dos fatos, acompanhado de defensor, o Dr^o **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada pelo **Dr(a). Promotor(a) de Justiça**, proponho a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao acusado a pena restritiva de direito consistente na prestação de serviços a comunidade, em local a ser determinado pelo Juízo, pelo prazo de 15 (quinze) horas”. **Pelo autor da infração e defensor foi dito** que aceitavam a proposta oferecida pelo Ministério Público. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte decisão:** “Vistos. Acolho a proposta. Haverá prestação de serviços por 15 (quinze) horas, na **Central de Penas e Medidas Alternativas, na rua Treze de Maio, nº 1697 – esquina com a Rua José Bonifácio, centro, fone: 3364-2670, em São Carlos-SP, das 08h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira para encaminhamento da prestação**. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. **Pelo Ministério Público foi requerida** a volta dos autos à Delpol para identificação e inquirição do gerente da MRV responsável pelas vendas no local e pela contratação de pessoas para atuarem nas vendas. **Pelo MM. Juiz foi dito:** “Defiro. À Delpol”. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor(a):



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Defensor Público:

Autor: